



**Ministério Do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Comissão Intergestores Tripartite/CIT**

32ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite do SUAS

Ata da ordem do dia 31 de julho de 2025

Brasília/DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

Comissão Intergestores Tripartite - CIT

Ata da 32ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite - CIT

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo A, 1º Andar. Brasília/DF

Local Virtual: Plataforma Zoom

Data: 31/07/2025

1 No trigésimo primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco realizou-se a 32ª Reunião
2 Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite – CIT do Sistema Único de Assistência Social –
3 SUAS, sob a Coordenação do Secretário Nacional de Assistência Social, Senhor André Quintão.
4 Estiveram presentes as(os) seguintes membros: Elias de Sousa Oliveira, Diretor do Departamento de
5 Proteção Social Básica; Regis Aparecido Andrade Spindola, Diretor do Departamento de Proteção
6 Social Especial da SNAS; Edgilson Tavares de Araújo, Diretor do Departamento da Rede
7 Socioassistencial Privada do SUAS da SNAS; Márcio Fernandes Maurício, Diretor do Departamento
8 de Operações da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania; Iêda Maria Nobre de Castro, Diretora
9 do Departamento de Gestão do Cadastro Único da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação e
10 Cadastro Único; Cyntia Figueira Grillo, Secretária de Estado do Espírito Santo/ES; Jade Romero Paz,
11 Secretária Estadual do Ceará/CE; Cleizenir Divina dos Santos, Secretária de Estado do Tocantins/TO;
12 Roberto Fantinel, Representante da Secretaria Estadual do Rio Grande do Sul/RS; Penélope Regina
13 Silva de Andrade, Secretária Municipal de Surubim/PE; Fabiana Ramos da Cruz Cardozo, Secretária
14 Municipal de Joinville/SC; Hélio Ricardo Pereira Batista, Secretário Municipal de Quatis/RJ;
15 Valdiosmar Vieira Santos, Secretário Municipal de Campo de Brito/SE; Vandecleya Elvira do Carmo
16 Silva Moro, Secretária Municipal de Campinas/SP; Magali Pereira Gonçalves Constato Basile,
17 Secretária Municipal de Campo Limpo/SP; Eldilene Alves Silva, Secretária Municipal de
18 Manaquirim/AM; Rafaelly Machado, Representante do Conselho Nacional de Assistência Social –
19 CNAS pelo Movimento Nacional da População de Rua de Alagoas – MNPR/AL; Sueneide Pereira
20 de Araújo, Representante do FONSEAS; Vanessa Gomes, Assessoria do Estado do Espírito Santo;
21 Selma Melo, Secretária de Estado Adjunta do Estado do Amazonas; Thauan, Representante do
22 FONSEAS; Tatiane Magalhães; Celia Melo, Coordenadora de Gestão do SUAS/CE; Ecildo
23 Evangelista, Secretaria Executiva de Proteção do Estado do Ceará; Adriano de Oliveira; Liomar Leite,
24 Representante da SAGICAD/MDS; Paula Goes, Representante do DGSUAS/MDS; Alice Ishikawa,
25 Representante da SAGICAD; Márcia Pádua, Representante do DGSUAS/SNAS; Cristina G. de

Oliveira, Representante do DGSUAS; Daniella Jinkins, Representante DPSE/SNAS; Mônica Alves, Representante DPSE/SNAS; Júlia Caetano Ferreira, Representante OGPMC/DPSE/SNAS; Ravena Carmo, Representante DPSE/SNAS; Maria Antônia, Representante SETAS/TO.

Abertura: Abertura: O Senhor André Quintão, Secretário Nacional de Assistência Social, iniciou a 32ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite – CIT do Sistema Único de Assistência Social – SUAS cumprimentando a todas(os). Informou sobre a pauta apresentada para a reunião, que segue: 1. O SUAS e o Sistema de Justiça; 2. Cadastro Único e a Transição Tecnológica; e 3. AEPETI - Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - proposta de retomada do Programa; 4. Informes Gerais. Sendo assim, seguiu-se ao ponto 1: O SUAS e o Sistema de Justiça. O Senhor André Quintão, Secretário Nacional de Assistência Social, agradeceu pela participação, e acompanhamento, de algumas representações e integrantes do Judiciário, pois trata-se de um ponto muito caro para a Assistência Social. Seguidamente, com a palavra, o Senhor Regis Aparecido Andrade Spindola, Diretor do Departamento de Proteção Social Especial da SNAS, fez um agradecimento especial e de forma respeitosa aos integrantes do Sistema de Justiça, bem como de outras instituições que se fizeram presentes, como a Doutora Paola Domingues, Promotora de Justiça; Doutora Karine Rocha, Defensora Pública Federal da Secretaria de Acesso à Justiça e Inclusão; Doutor Antônio Victor, Defensor Público do Estado do Paraná e representante do CONDEGE; Doutora Livia Cristina, Representante do Conselho Nacional de Justiça; Doutora Cláudia Aparecida, Procuradora Federal e Assessora-Chefe da Assessoria Especial de Diversidade e Inclusão da Advocacia-Geral da União; Doutor André Canuto, Procurador do Ministério Público do Trabalho; Doutora Deise Silva, Servidora da Primeira Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; Senhora Ana Lúcia Soares, Conselheira Nacional do CNAS; Senhor Jairo de Almeida, Representante do Fórum dos Usuários do SUAS; Senhora Norma Carvalho, Representante do Movimento Nacional das Entidades de Assistência Social; Senhora Denise Colín, Assistente Social do Ministério Público do Paraná; e Senhora Maria Fernanda, Gerente de Relações do SUAS com o Sistema de Justiça da Prefeitura de Belo Horizonte. Ressaltou também que a referida pauta já foi discutida em outros momentos e reuniões, não somente na CIT, mas em outros encontros como CONGEMAS, FONSEAS e no CNAS, bem como nos vários eventos realizados nos estados e municípios em prol de melhorar a relação entre o SUAS e o Sistema de Justiça. Adiante, foi realizada a leitura da minuta de resolução que dispõe sobre a Câmara Nacional, de diálogo e de negociação permanente entre o Sistema de Gestão Social do SUAS e o Sistema de Justiça. Aberto as

57 considerações, a Senhora Magali Pereira Gonçalves Constato Basile, Secretária Municipal de Campo
58 Limpo/SP, registrou sua alegria devido ao grande avanço para a referida pauta, pois quem se encontra
59 na ponta sente, diariamente, a relação conflituosa com o Sistema de Justiça. Parabenizou também o
60 Ministério e a Proteção Especial pelos anos de articulação, que realmente costuraram tudo o que
61 estava sendo discutido de forma ampla. Finalizou considerando que os estados também precisam
62 formar suas câmaras, para que haja uma discussão de como organizar e solucionar os problemas.
63 Posteriormente, a Senhora Cyntia Figueira Grillo, Secretária de Estado do Espírito Santo/ES,
64 corroborou com a fala da Senhora Magali Pereira Gonçalves Constato Basile e parabenizou toda a
65 equipe do Ministério que conduziu, junto com a Coordenação do processo, o desenvolvimento de
66 uma pauta tão cara. Ponderou que tiveram fatores essenciais que fizeram chegar ao entendimento de
67 que o diálogo entre o SUAS e o Sistema de Justiça precisava de uma forma mais célere para acontecer,
68 sendo instituída, agora, uma Câmara de Negociação e de conversa permanente. Reforçou que a
69 implantação da Câmara é um primeiro passo para que os Estados possam avançar na instituição de
70 espaços na Esfera Estadual, pois é importante dialogar também com o Judiciário dos Estados, baseado
71 em um alinhamento com o Conselho Nacional de Justiça. Em seguida, o Senhor Valdiosmar Vieira
72 Santos, Secretário Municipal de Campo de Brito/SE, parabenizou todo o envolvimento e dedicação
73 em torno da pauta, que de fato é histórica, já que o Poder Judiciário é uma instância à parte e que
74 interfere diretamente no Executivo na maioria das vezes. Ressaltou a importância da Câmara pois
75 serão trabalhadas as realidades de muitos locais, tocando em pontos que a bastante tempo não são
76 discutidos, como o ECA e o papel do Conselho Tutelar. Ato contínuo, a Senhora Iêda Maria Nobre
77 de Castro, Diretora do Departamento de Gestão do Cadastro Único da Secretaria de Avaliação e
78 Gestão da Informação e Cadastro Único, inferiu estar muito feliz com o amadurecimento da discussão
79 da referida pauta, pois em 2015 já havia essa discussão e agora, a tem uma Comissão Nacional, que
80 vai induzir as Câmaras Municipais e Estaduais. Ponderou que o modelo deve ser decidido e replicado
81 nas diferentes instâncias, pois os arranjos são próprios de cada lugar, e os Juízes e Promotores, mesmo
82 que tenha uma regulação, acabam tirando interpretações muito locais. Após, a Senhora Rosilene
83 Rocha, Representante do DGSUAS, agradeceu, em nome das Trabalhadoras(es) e beneficiários do
84 Sistema Único de Assistência Social, e reforçou sobre a importância desta deliberação para o SUAS
85 e para os cidadãos que procuram o Sistema de Justiça, pois agilizará as respostas e contato.
86 Seguidamente, a Senhora Maria Fernanda, Secretária Municipal de Assistência Social dos Direitos
87 Humanos de Belo Horizonte, reforçou que a iniciativa é fundamental para o fortalecimento

88 institucional e para a proteção social do país. Finalizou parabenizando a equipe pelo desenvolvimento
89 das tratativas. Adiante, a Senhora Denise Colin desejou sucesso para o referido encaminhamento e
90 parabenizou pela iniciativa e parceria entre a Secretaria Nacional, o CNAS, CNJ, CNMP, FONSEAS,
91 CONGEMAS e outros atores que se dedicaram à consolidação da Proteção Social não contributiva
92 no Brasil. Ponderou também que esse momento representa a concretização de todo um processo de
93 integração, iniciado desde a implementação do SUAS, por meio de vários movimentos de discussão
94 com os órgãos do sistema de justiça. Posteriormente, o Senhor Antônio Vitor Barbosa de Almeida,
95 Defensor Público do Estado do Paraná e representante do CONDEGE, pontuou que é importante
96 dizer que o acesso à justiça não se resume apenas ao acesso ao Poder Judiciário, mas compreende o
97 exercício pleno com dignidade dos direitos fundamentais e Direitos Humanos de todos os cidadãos,
98 que só é possível de uma forma interdisciplinar e com diálogo permanente. Em seguida, a Senhora
99 Livia Cristina Marques Peres, Juíza Auxiliar do Conselho Nacional de Justiça, ressaltou que, no
100 âmbito de matéria numérica, o BPC representa muito para o judiciário. Considerou também que um
101 ponto a ser ajustado, que a justiça estadual precisa estar presente em seu trabalho, ou seja, deve ser
102 pensado em saúde social de uma forma completa, considerando que ela faz parte de um sistema tal
103 qual, um Sistema Único de Saúde, e tem que haver essa compreensão. Ato contínuo, a Senhora Paola
104 Domingues Botelho Reis, Promotora de Justiça no Estado de Minas Gerais, expressou a felicidade
105 em participar de um momento de criação e de construção conjunta tão importante em âmbito nacional
106 e entre o SUAS e o Sistema de Justiça. Após, a Senhora Rafaelly Machado, Representante do
107 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, ponderou que trazer não somente o Poder
108 Judiciário, mas os Ministérios Públicos Federais e Estaduais para o entendimento, quebra o
109 conservadorismo que existe dentro do Sistema de Justiça, que por muitas vezes não tem o
110 entendimento do que é a Política de Assistência Social que acontece na ponta. Sendo assim, é muito
111 louvável participar de um momento tão necessário para essa política. Seguidamente, a Senhora
112 Penélope Regina Silva de Andrade, Secretária Municipal de Surubim/PE, considerou um dia
113 histórico, pois não se chegou onde gostaria, mas, de fato, já foi dado um passo significativo e um
114 espaço de diálogo. Então, esse caminho perpassa, sobretudo, pelo compromisso de fazer com que a
115 política de Assistência Social possa chegar na ponta, para cada trabalhador, gestor. Adiante, o Senhor
116 André Quintão, Secretário Nacional de Assistência Social, agradeceu a toda a equipe que foi liderada
117 pelo Senhor Regis Aparecido Andrade Spindola, bem como o FONSEAS, CONGEMAS e os
118 integrantes do Sistema de Justiça que participaram e contribuíram para o debate. Considerou que foi

119 um debate histórico para o SUAS e, principalmente, onde a defesa da democracia está colocada como
120 um elemento central, inclusive, na defesa da soberania nacional. Como encaminhamento, propôs que
121 seria pertinente realizar a votação da minuta para aprovação, e após, as questões que foram levantadas
122 pela Senhora Denise Colin possam ser objeto de regulamentação dos atos previstos na própria minuta.
123 Posteriormente, colocado em regime de votação, os conselheiros presentes aprovaram a minuta de
124 resolução que dispõe sobre a Câmara Nacional, de diálogo e de negociação permanente entre o
125 Sistema de Gestão Social do SUAS e o Sistema de Justiça, à unanimidade. Em seguida, passou-se ao
126 ponto 2: Cadastro Único e a Transição Tecnológica. Com a palavra, a Senhora Iêda Maria Nobre de
127 Castro, Diretora do Departamento de Gestão do Cadastro Único da Secretaria de Avaliação e Gestão
128 da Informação e Cadastro Único, inferiu que essa é uma demanda do FONSEAS e, basicamente, está
129 relacionada ao Sistema Eletrônico de Cadastro. Ato contínuo, o Senhor Liomar Leite, Representante
130 da SAGICAD, informou que existe um processo de transição tecnológica do Cadastro Único, e que
131 é um processo bastante importante. Reforçou que havia um sistema de 2010 e que não passava por
132 grandes atualizações, então, foi trabalhado ao longo dos últimos dois anos esse projeto. Também
133 agradeceu aos coordenadores municipais e gestores pelo apoio no momento de implantação do
134 sistema, e por ser um período muito curto, principalmente pela estrutura de mudança de gestão das
135 prefeituras. Após, aberto às considerações, o Senhor Valdiosmar Vieira Santos, Secretário Municipal
136 de Campo de Brito/SE, sugeriu que no primeiro momento, avance só para migração geral de base.
137 Reforçou que será necessário aperfeiçoar as capacitações e orientações técnicas e manuais, na forma
138 da coleta dos dados. Seguidamente, uma das partícipes considerou sobre a questão relacionada à
139 suspensão dos 180 dias, pois esse prazo se mantém. Reforçou que a preocupação principal é de não
140 chegar pessoas, e novamente o município de grande porte sofrer os impactos de uma decisão que foi
141 tomada dentro da CIT. Ponderou também que não será possível alcançar todas as pessoas, pois não
142 existe número de servidores suficientes para todas as ações que estão sendo propostas. Adiante, a
143 Senhora Cyntia Figueira Grillo, Secretária de Estado do Espírito Santo/ES, considerou que a
144 preocupação que fica é relacionada ao entendimento dos processos. Ponderou que os benefícios não
145 podem deixar de serem pagos às pessoas pela ausência de documentos. Sendo assim, é importante
146 encontrar uma forma para que essas pessoas tenham acesso aos documentos e possa ser garantido o
147 seu direito ao benefício. Posteriormente, a Senhora Penélope Regina Silva de Andrade, Secretária
148 Municipal de Surubim/PE, ressaltou que quando se observa, de forma macro, a necessidade de
149 estabelecer um plano sobre o acesso à documentação básica, registro civil e CPF, acho que dá para

150 fazer um debate maior do quanto o sistema está fragilizado enquanto trabalho social com famílias,
151 porque deveria ser um encaminhamento natural de uma família ter acesso ao Cadastro Único.
152 Ponderou também que essa demanda causa grande preocupação e inquietação nas entidades. Em
153 seguida, a Senhora Fabiana Ramos da Cruz Cardozo, Secretária Municipal de Joinville/SC, fez uma
154 reflexão importante sobre fazer uma campanha nacional para aliviar a carga dos municípios em
155 relação a todas as mudanças, sejam elas estruturais, do próprio sistema ou da necessidade que foi
156 imposta também para o Governo Federal. Ressaltou que o prazo estipulado deve ser revisto e que
157 haja um esclarecimento para a população e aos servidores. Em resposta, a Senhora Iêda Maria Nobre
158 de Castro, Diretora do Departamento de Gestão do Cadastro Único da Secretaria de Avaliação e
159 Gestão da Informação e Cadastro Único, inferiu que, como encaminhamento das discussões, a
160 proposta está circulando de forma informal, mas será verificada para que possa ser apresentada e que
161 a CIT faça uma análise e veja se é objeto de pactuação ou não. Considerou também que a SAGICAD
162 não faz gestão de benefício. Ato contínuo, seguiu-se ao ponto 3: 3. AEPETI - Ações Estratégicas do
163 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - proposta de retomada do Programa. Com a palavra,
164 o Senhor Regis Aparecido Andrade Spindola, Diretor do Departamento de Proteção Social Especial
165 da SNAS, apresentou a proposta para retomada do cofinanciamento das ações estratégicas do
166 AEPETI. Após, foi realizada a leitura da minuta de resolução que propõe critérios de elegibilidade e
167 partilha, visando a retomada do cofinanciamento federal para a realização das ações estratégicas do
168 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil nos Estados, Distritos Federal e Municípios. Aberto as
169 considerações, a Senhora Rafaelly Machado, Representante do Conselho Nacional de Assistência
170 Social – CNAS, ressaltou que a CIT deveria se debruçar mais na questão do financiamento,
171 principalmente dos municípios de pequeno porte I e II, pois eles sempre recebem valores muito baixos
172 para as ações serem executadas. Após, o Senhor Valdiosmar Vieira Santos, Secretário Municipal de
173 Campo de Brito/SE, ponderou que é vergonhoso para o SUAS não possuir dados atualizados, pois
174 nenhuma das fontes de dados da Assistência Social consegue captar informações que são básicas, que
175 é o trabalho infantil nos municípios e estados. Em resposta, o Senhor Regis Aparecido Andrade
176 Spindola, Diretor do Departamento de Proteção Social Especial da SNAS, inferiu que a equipe teve
177 uma grande preocupação com os municípios de porte I e I, pois são esses municípios que estão
178 aumentando no cofinanciamento. Considerou também que estão sendo realizadas as tratativas
179 baseadas nas informações e dados que estão disponíveis para o momento atual. Seguidamente, o
180 Senhor André Quintão, Secretário Nacional de Assistência Social, inferiu que existe um limitador

que está relacionado à falta de dados por parte do IBGE, mas que o PNDA faz a modulação da proporção de municípios por estados. Finalizou considerando que assim que houverem novos dados e informações, serão atualizados e alterados os critérios apresentados. Adiante, colocado em regime de votação, os conselheiros presentes aprovaram a minuta de resolução que propõe critérios de elegibilidade e partilha, visando a retomada do cofinanciamento federal para a realização das ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil nos Estados, Distritos Federal e Municípios, à unanimidade. Posteriormente, passou-se ao ponto 4: Informes Gerais. Com a palavra, o Elias de Sousa Oliveira, Diretor do Departamento de Proteção Social Básica, apresentou as informações referentes à Câmara Técnica do Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz. Reforçou que foi realizado o chamamento dos membros titulares e suplentes do CONGEMAS, FONSEAS e do Governo, bem como de toda a equipe da Primeira Infância na Proteção Básica e foram apresentados todos os documentos pertinentes. Em seguida, o Senhor André Quintão, Secretário Nacional de Assistência Social, inferiu sobre a realização da próxima reunião da CIT, que ocorrerá no dia 4 de setembro de 2025. Ato contínuo, o Edgilson Tavares de Araújo, Diretor do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS da SNAS, pontuou sobre o Laboratório de Tecnologias de Cuidados Sociais: Formação, Experiências e Soluções Inovadoras – CuidarLab; acerca também do Programa Nacional de Articulação e Fortalecimento da Rede Socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social - APRIMORA REDE+. Após, a Fabiana Ramos da Cruz Cardozo, Secretária Municipal de Joinville/SC, parabenizou a iniciativa, pois é importante fomentar a rede socioassistencial, qualificando e capacitando os profissionais. Ponderou também sobre sua preocupação em relação às instituições não governamentais que atualmente estão inscritas no CNAS e tem termo de colaboração, no entanto estão declinando do termo para credenciamento. Então, é necessário rever as questões da Nob-RH e da quantidade de trabalhadores do SUAS para atender as demandas. Em resposta, o Senhor Edgilson Tavares de Araújo, Diretor do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS da SNAS, reforçou que o programa tem o objetivo de fortalecer o vínculo entre as entidades, pois há entidades que, de fato, tem se desviado do SUAS devido a questão de sustentabilidade captando e pegando recursos para executar outras atividades que não tem relação com a Assistência Social. **Encerramento:** Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Senhor André Quintão encerrou a 32ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite – CIT/SUAS, agradecendo a presença de todas(os).

212

André Quintão

213

Secretário Nacional de Assistência Social

214

215

Brasília/DF

216

Julho de 2025